

FGV Redução foi maior no Governo Lula do que no auge

do Plano Real, no Governo FHC

Pobreza cai, mas ainda atinge 42,57 milhões de brasileiros

A pobreza, que atingia 28,2% dos brasileiros em 2003, passou a englobar 22,77% em 2005 – 42,57 milhões de pessoas –, mostra pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, coordenada pelo economista Marcelo Neri.

É o menor percentual desde que a pesquisa começou a ser feita, em 1992, e mostra que nos três anos do Governo Lula a queda no nível de pobreza é a maior dos últimos dez anos. A queda entre 2003 e 2005, de 19,18%, foi maior que a registrada entre 1993 e 1995, período do auge do Plano Real, de 18,24%. Nos quatro primeiros anos do governo FHC, a queda da

pobreza foi de 5,1% ao ano; nos três primeiros anos do Governo Lula, de 5,2% ao ano.

A queda expressiva dos últimos anos deve-se, segundo a FGV, ao crescimento do emprego e da renda, à elevação da concessão de benefícios sociais, como o Bolsa-Família, ao aumento de gastos previdenciários e aos reajustes do salário mínimo. O levantamento foi feito a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na última semana, e considera pobre todo brasileiro com renda individual de até R\$ 121 por mês. **A-2**

FGV Pesquisa aponta que redução da pobreza foi maior no Governo Lula do que no auge do Plano Real

Pobres agora são 42,57 milhões

CLARICE SPITZ

DA AGÊNCIA FOLHAPRESS

A pobreza, que atingia 28,2% dos brasileiros em 2003, passou a englobar 22,77% em 2005 – 42,57 milhões de pessoas – mostra pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, coordenada pelo economista Marcelo Neri. É o menor percentual desde que a pesquisa começou a ser feita, em 1992. O levantamento considera pobre todo o brasileiro com renda individual até R\$ 121 por mês.

A queda expressiva no nível de pobreza, na avaliação da FGV, deve-se ao crescimento do emprego e da renda, à elevação da concessão de benefícios sociais como o programa Bolsa-Família, ao aumento de gastos previdenciários e aos reajustes do salário mínimo. Segundo Neri, a receita da queda da miséria e da desigualdade verificada nos últimos anos, porém, não é sustentável.

A FGV compara a redução à ocorrida após 1993, quando o Plano Real derrubou os índices de pobreza de patamares de 35% para 28%. Os dados do estudo têm com base a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Neri, a queda acumulada no nível de miséria – e registrada nas três últimas Pnad – é equivalente à que ocorreu na época do Plano Real.

ENTRE 2003 E 2005, QUEDA ACUMULADA FOI DE 19,18%

“Basicamente, se a gente olhar desde 1993, a miséria brasileira cai de 35% para 28%, com o Real. Depois passa por um período de estagnação, e de 2003 para cá ela, cai de 28% para 22%, uma redução bastante expressiva”, ressaltou. Entre 2003 e 2005, a queda acumulada foi de 19,18%, um valor comparável, segundo o estudo, à queda de 18,47% no período de 1993 a 1995. Nos quatro primeiros anos do governo FHC, a queda da pobreza foi de 5,1% ao ano. Já os três primeiros anos de Lula promoveram uma redução de 5,2% ao ano na pobreza.

Para Neri, a combinação de programas de transferência de renda com aumento do salário mínimo não é uma receita eficaz. “Não é uma trajetória sustentável, estamos aumentando os gastos fiscais, e a carga tributária é bastante alta para um país como o Brasil. A sociedade não aguenta mais imposto, que pressiona juros e trava o crescimento”, disse.

Na avaliação do economista, o aumento do

mínimo é um instrumento de custo elevado no combate à pobreza e não atinge as pessoas mais pobres. Em 2005, os 50% mais pobres recebiam R\$ 123,47. O caminho para uma trajetória consistente de redução das diferenças entre os mais ricos e os mais pobres deveria passar por um aperfeiçoamento do Bolsa-Família, afirma Neri. "A cada R\$ 1 gasto com o programa, você reduz duas vezes e meia mais do que o mesmo valor gasto com o aumento do mínimo."

A expansão do programa de transferência de renda não deveria ocorrer por meio de um aumento do número de beneficiados, e sim por uma melhora na qualidade dos cadastros para que os contemplados fossem realmente os mais pobres da população, segundo Neri. O economista considera o período de 2003 a 2005 como um segundo Plano Real, com aumento do em-

prego formal, redução da pobreza e da desigualdade. A melhora dos indicadores foi proporcionada pela combinação de inflação menor para os mais pobres, expansão do Bolsa-Família e alta do salário mínimo. Neste período a miséria caiu 19,18% contra uma redução de 18,47% entre 1993 e 1995. A comparação entre os governos de Lula e Fernando Henrique mostra que o primeiro teve uma atuação mais voltada para os mais pobres, e o segundo, uma política benéfica para o conjunto da população.

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA FORAM APROFUNDADOS

"FHC fez políticas mais horizontais, que afetaram todos os brasileiros. No final do governo criou programas de transferência que foram aprofundados no governo Lula, que se preocupou mais com os mais pobres. A grande vitória deste governo foi a continuidade da política econômica e social", disse. "As diferenças na apropriação da renda ainda são drásticas. Em 2005, os 50% mais pobres respondiam por 14,1% da renda no país. Já os 10% mais ricos representavam 45,1% da renda.

O estudo também aponta diminuição no ritmo de crescimento da pobreza metropolitana, entre 2003 e 2005. A pobreza metropolitana, nas grandes cidades brasileiras, que tinha aumentado muito de 1995 para 2003, cai de 22% para 16% da população, o que mostra certa reversão da crise metropolitana, que está associada a piores indicadores de violência e de desemprego, observou o coordenador.

Na avaliação de Neri, ao contrário dos anos anteriores, a redução da pobreza nas grandes cidades foi a principal locomotiva da retomada dos indicadores sociais. O coordenador destacou ainda que a partir dos dados da pesquisa, percebe-se que de 1993 para cá o Brasil já teria completado a Meta do Milênio de reduzir a extrema pobreza à metade. Essa meta estava prevista para 2015.

A última pesquisa Pnad, do IBGE, mostra que, em 2005, a população ocupada cresceu 2,9% em relação ao ano anterior, superando o número de pessoas que nasceram naquele ano (2%). O mercado de trabalho absorveu 56,8% da população ativa, o maior percentual desde 1996. Foram mais 2,5 milhões de pessoas, das quais a maioria eram mulheres.

O número de empregados com carteira assinada cresceu 5,3%, enquanto o dos empregados sem registro subiu apenas 0,1%. Entre os trabalhadores domésticos, 4,5% conseguiram registro e 2,3% permaneceram na informalidade.

Mínimo ajuda os mais pobres, diz pesquisadora

DA AGÊNCIA FOLHAPRESS

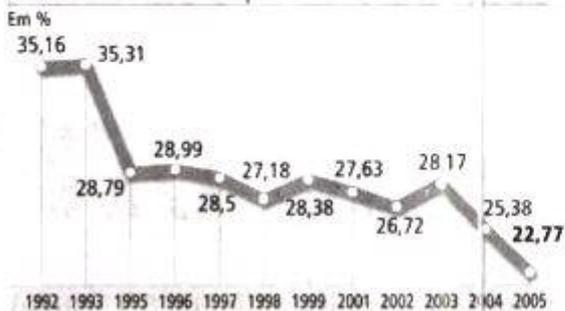
A análise do papel do salário mínimo no combate à pobreza é tema polêmico entre os economistas. Na avaliação da pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Ja-

neiro (UFRJ) Lena Lavinas, a alta do mínimo atinge os brasileiros que ganham menos por meio da indexação de salários informais. Para ela, a consequência do abandono do mínimo seria a perda do poder de barganha dos trabalhadores mais pobres, em especial as mulheres.

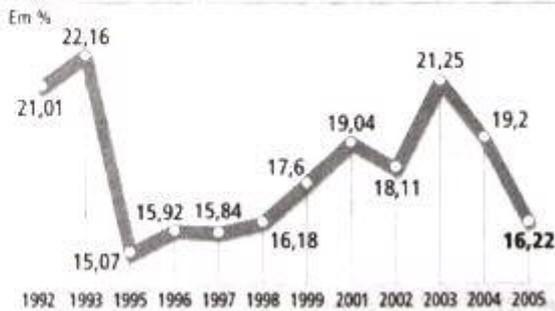
Já Sonia Rocha, especialista em combate à pobreza, avalia que a política de alta do mínimo pode ter consequências negativas. Ela destaca o custo fiscal e também a eventual pressão por trabalhadores mais qualificados em cenário de maior crescimento econômico, o que pode resultar em maior diferença de salários com prêmio para os mais qualificados.

OS NÚMEROS DA PESQUISA

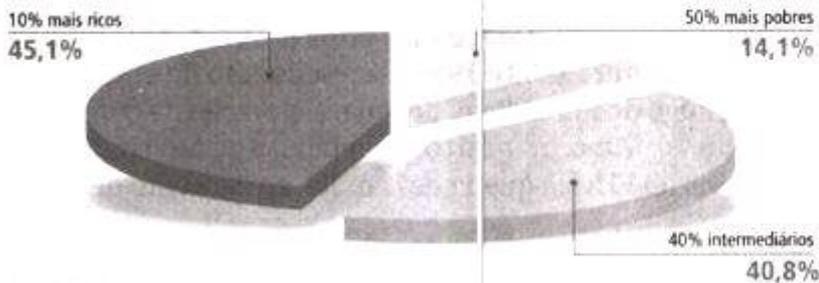
MISERÁVEIS NA POPULAÇÃO



PERCENTUAL DE MISERÁVEIS NAS METRÓPOLES



PARTICIPAÇÃO NA RENDA TOTAL EM 2005



Fonte: CPS/FGV

VALOR

